



QUANDO INCLUIR É MAIS QUE ESTAR PRESENTE: Percepções sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino de Língua Inglesa

GALVÃO, Cícera da Silva ¹

NUNES, Emerson dos Santos²

OLIVEIRA, Juliana de Santana Novaes³

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular constitui um princípio fundamental da educação brasileira e demanda práticas pedagógicas que garantam não apenas o acesso, mas também a participação efetiva desses alunos. Nesse contexto, o ensino de Língua Inglesa apresenta desafios específicos relacionados às diferentes formas de aprendizagem. O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de inclusão de estudantes com deficiência em aulas de Língua Inglesa no ensino fundamental, a fim de compreender como ocorre a inclusão na sala de aula e quais são as dificuldades enfrentadas. A pesquisa caracterizou-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, desenvolvida no âmbito do PIBID em uma escola pública municipal. Foram realizadas observações em uma turma do 6º ano, seguidas de registros em diário de campo e participação nas atividades pedagógicas. Também se analisaram as interações entre professor regente, profissional de apoio e estudantes. Observamos que a presença do profissional de apoio contribuiu para a mediação pedagógica e facilitou o acesso dos estudantes com deficiência às

¹ Graduanda em letras inglês, bolsista PIBID, Universidade Estadual de Alagoas – Campus V, cicera.silva.2023@aluno.uneal.edu.br

² Graduando em letras inglês, bolsista PIBID, Universidade Estadual de Alagoas – Campus V, emerson.nunes.2024@alunos.uneal.edu.br

³ Professora Coordenadora de Área PIBID Letras Língua Inglesa, Universidade Estadual de Alagoas - Campus V, juliana.novais@uneal.edu.br.



atividades propostas. Identificamos que dois alunos com TEA demonstraram interesse pelas aulas, favorecendo sua participação em determinadas atividades. Verificamos que o uso de estratégias lúdicas aumentou o engajamento dos estudantes, enquanto a adaptação de atividades possibilitou maior compreensão dos conteúdos. Contudo, constatamos limitações na articulação entre os profissionais e na formação específica, o que impactou a efetividade das práticas inclusivas. Os resultados indicam que a atuação colaborativa entre professor e profissional de apoio é essencial para a inclusão efetiva, demonstrando que o uso de estratégias diversificadas e investimentos em formação continuada contribuem para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, apontam também para que haja uma maior atenção para garantir formação adequada e recursos aos profissionais para que assim possa de fato haver a inclusão que garanta uma educação de qualidade para esses estudantes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas; Ensino de Línguas; Mediação; Diversidade.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, nas últimas décadas, tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, orientando a organização das práticas pedagógicas nas escolas públicas e ampliando o debate sobre o direito à educação para todos. Nesse contexto, a inclusão escolar busca garantir que estudantes com deficiência tenham acesso ao ensino regular em condições que favoreçam não apenas sua presença no ambiente escolar, mas também sua participação efetiva nos processos de ensino e aprendizagem, superando modelos educacionais historicamente baseados na segregação e na exclusão. Esse princípio é respaldado por diferentes dispositivos legais que estruturam as políticas educacionais no país, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Tais documentos estabelecem que os sistemas educacionais devem promover condições de acessibilidade, adaptação curricular e atendimento educacional especializado, garantindo suporte pedagógico adequado para estudantes com deficiência no contexto da escola regular.



Dessa maneira, justifica-se a realização deste trabalho, visto que, apesar dos avanços normativos e das políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão educacional, a efetivação dessas diretrizes no cotidiano das escolas ainda enfrenta diversos desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados e à organização das práticas educativas. Segundo Azevedo (2022), o processo de implementação da inclusão no contexto escolar esbarra em diferentes entraves que envolvem desde limitações estruturais, como infraestrutura inadequada, até a insuficiente formação de docentes e gestores para atuar de forma efetiva com a diversidade presente no ambiente escolar. Esse entendimento é semelhante ao apresentado por Silva e Costa (2023), os quais destacam que os estudos sobre educação inclusiva apontam que a inclusão não se limita apenas ao acesso do estudante com deficiência à escola regular, mas exige transformações significativas nas práticas pedagógicas, nas concepções de ensino e na organização institucional, de modo a garantir condições reais de participação, desenvolvimento e aprendizagem para todos os estudantes.

Nesse contexto, discutir a inclusão no âmbito do ensino de Língua Inglesa torna-se particularmente relevante, uma vez que o processo de aprendizagem de uma língua adicional envolve diferentes dimensões cognitivas, sociais e comunicativas, exigindo a adoção de estratégias pedagógicas que considerem as particularidades dos estudantes e favoreçam sua interação significativa com o idioma.

Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar percepções sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Língua Inglesa (LI) em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental, a partir de uma experiência vivenciada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que oferece bolsas a estudantes de cursos de licenciatura que atuam em escolas públicas de educação básica, tendo como objetivo principal proporcionar uma aproximação prática com o ambiente escolar desde o início da formação docente.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à



Docência (PIBID). A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão de fenômenos educacionais a partir das experiências vivenciadas no contexto escolar, considerando aspectos sociais e subjetivos do processo educativo. Conforme aponta Hartmut Günther, a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em seus contextos naturais, valorizando a interpretação das experiências e das interações sociais (GÜNTHER,2006). A experiência ocorreu em uma escola pública municipal localizada no município de União dos Palmares, envolvendo uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental composta por aproximadamente 40 estudantes.

Inicialmente, os bolsistas realizaram um processo de inserção no contexto escolar, buscando conhecer a estrutura da instituição, o funcionamento das aulas e a organização pedagógica da escola. Nesse primeiro momento também ocorreu o contato com o professor regente da disciplina de Língua Inglesa e com o profissional de apoio responsável por acompanhar os estudantes com deficiência. Em seguida, foi realizada uma etapa de observação das aulas, na qual os bolsistas acompanharam a dinâmica da turma, as metodologias utilizadas pelo professor e a participação dos estudantes nas atividades propostas. Essa etapa permitiu compreender melhor o contexto educacional e as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala.

Posteriormente, os bolsistas passaram a participar de forma mais ativa das atividades pedagógicas, colaborando com o planejamento e a condução de algumas ações em sala de aula, especialmente em momentos de revisão de conteúdos. Durante esse processo, também foi possível observar as interações entre o professor regente, o profissional de apoio e os estudantes, bem como as estratégias utilizadas para favorecer a participação dos alunos com deficiência. A coleta de dados ocorreu por meio de registros de observação, anotações de campo e reflexões produzidas ao longo das atividades desenvolvidas na escola, permitindo a análise das experiências vivenciadas e dos aspectos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem no contexto da educação inclusiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relato de experiência aqui narrado deu-se na Escola Municipal Laura Pereira da Silva, localizada no centro da cidade de União dos Palmares, Alagoas, onde fora observado que, durante as observações na turma do 6º ano “B” percebemos que há



três crianças diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) — Autismo; aqui mencionadas como indivíduos A, B e C para fins didáticos. Dito isto, foi relatado que os indivíduos A e B apresentavam nível de suporte grau um, e o indivíduo C apresenta grau de suporte dois. É importante ressaltar que, segundo (FARIA, 2024) a compreensão do autismo passou a ser analisada de forma mais ampla, considerando diferentes graus de manifestação do transtorno. O Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5) descreve o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma condição de múltiplas etiologias e com níveis variados de suporte. Além desse manual, também é utilizada a Childhood Autism Rating Scale (CARS), ou Escala de Avaliação do Autismo na Infância, composta por quinze itens que auxiliam no diagnóstico e na identificação do nível de comprometimento do transtorno. De acordo com essas classificações, o autismo é organizado em três níveis de suporte: nível 1 (autismo leve), nível 2 (autismo moderado) e nível 3 (autismo severo). Essa classificação não tem apenas a função de categorizar a intensidade do transtorno, mas também de indicar o estágio de desenvolvimento do indivíduo, permitindo que a equipe multiprofissional identifique com maior clareza quais aspectos precisam ser mais trabalhados nas intervenções e no planejamento de estratégias de desenvolvimento.

Inicialmente, observou-se que dois dos três estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) demonstram interesse pelas aulas de Língua Inglesa, o que pode favorecer estratégias pedagógicas voltadas para ampliar sua atenção, interação e participação em sala de aula. Segundo (GRANDIN, 2015), estudantes com TEA frequentemente apresentam interesses específicos que podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas para estimular o aprendizado e o engajamento nas atividades escolares. Dessa forma, mesmo que essas interações ocorram de forma limitada e não estejam presentes em todas as aulas, o interesse demonstrado pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais significativas e inclusivas.

No que se refere à organização da educação inclusiva, Mantoan (2003), destaca que a escola deve se reorganizar para atender às necessidades de todos os estudantes, garantindo sua participação nas atividades escolares. No entanto, de acordo com a organização curricular da escola observada, as disciplinas consideradas prioritárias para o acompanhamento dos estudantes com deficiência são Língua Portuguesa e Matemática, o que faz com que essas áreas concentrem a maior parte



do tempo destinado ao processo de aprendizagem desses alunos. Para a autora, embora essas disciplinas sejam fundamentais, é importante que a inclusão escolar também contemple a participação dos estudantes nas demais áreas do conhecimento.

Em relação às estratégias pedagógicas, Mendes (2010), afirma que a adaptação das atividades constitui um recurso essencial para garantir o acesso dos estudantes com deficiência ao currículo escolar. Nesse contexto, todas as atividades destinadas a esses estudantes devem ser adaptadas pelo professor regente da disciplina, enquanto o profissional de apoio atua auxiliando na mediação das tarefas e no acompanhamento do estudante durante sua realização. Essa atuação conjunta entre professor e profissional de apoio contribui para favorecer a participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

No âmbito das teorias da aprendizagem, Vygotsky (1997) destaca que o processo de aprendizagem ocorre por meio da interação social e da mediação realizada por outros indivíduos no contexto educativo. Durante as observações realizadas, identificou-se que o material adaptado utilizado em sala de aula geralmente consiste em atividades impressas com exercícios simplificados, como completar frases ou relacionar palavras e imagens. Embora essas estratégias tenham como objetivo facilitar a compreensão dos estudantes, o autor ressalta que a aprendizagem pode ser potencializada quando há maior diversidade de estratégias pedagógicas e maior interação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Além disso, ao discutir a efetivação da inclusão escolar, Mantoan (2003) enfatiza que ela depende da construção de práticas pedagógicas colaborativas entre os profissionais que atuam na escola. No contexto observado, entretanto, a interação entre o professor regente e o profissional de apoio ocorre principalmente no momento em que o material adaptado é entregue para ser aplicado aos estudantes. Após essa etapa, o professor segue conduzindo a aula normalmente com o restante da turma, enquanto o profissional de apoio acompanha os estudantes com deficiência na realização das atividades, o que pode limitar a construção de práticas pedagógicas mais colaborativas.

Entre os aspectos observados, evidencia-se a limitada articulação entre o professor regente e o profissional de apoio responsável pelo acompanhamento dos estudantes com deficiência. Tal constatação revela fragilidades no processo de



organização pedagógica voltado à efetivação da educação inclusiva no contexto escolar. Pesquisas na área da educação inclusiva indicam que a atuação colaborativa entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo constitui um elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, favorecendo o planejamento conjunto, a adaptação de estratégias didáticas e o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. Nesse sentido:

A prática pedagógica inclusiva exige um trabalho colaborativo entre professores, profissionais de apoio e equipe escolar. A ausência de planejamento conjunto pode comprometer o processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência, pois dificulta a construção de estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas. (SANTOS; OLIVEIRA, 2022, p. 5).

Outro aspecto relevante observado refere-se ao potencial das estratégias lúdicas como recurso pedagógico capaz de favorecer maior participação dos estudantes com deficiência nas atividades propostas em sala de aula. Durante a realização de dinâmicas de revisão baseadas na utilização de jogos e cartas, foi possível identificar um aumento significativo no nível de engajamento dos alunos, inclusive daqueles que anteriormente demonstravam menor participação nas atividades desenvolvidas. Tal constatação evidencia que práticas pedagógicas mediadas por recursos lúdicos podem contribuir para a criação de ambientes de aprendizagem mais participativos e acessíveis. Essa observação dialoga com estudos que ressaltam a importância da adoção de metodologias diversificadas no ensino de Língua Inglesa em contextos educacionais inclusivos, uma vez que estratégias didáticas variadas ampliam as possibilidades de participação, favorecem a motivação dos estudantes e contribuem para a construção de processos de aprendizagem mais significativos. Nesse sentido:

O uso de atividades lúdicas e interativas no ensino de língua inglesa pode favorecer a participação de estudantes com deficiência, pois cria ambientes de aprendizagem mais acessíveis e motivadores, nos quais os alunos podem interagir e construir conhecimentos de



forma colaborativa. (ALMEIDA; FERREIRA, 2017, p. 6).

Entretanto, também foram identificadas limitações relacionadas à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados e à formação específica dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes com deficiência. Tais fatores configuram desafios relevantes para a efetivação de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas no contexto escolar. A formação adequada desses profissionais constitui um direito assegurado no ordenamento jurídico brasileiro, sendo prevista no Decreto nº 12.773 de 8 de dezembro de 2025, especialmente em seu Art. 15, inciso II, o qual estabelece diretrizes voltadas à qualificação dos profissionais que atuam no atendimento educacional de estudantes com deficiência. Nesse sentido, a insuficiência de recursos didáticos e de formação continuada impacta diretamente a qualidade das práticas inclusivas desenvolvidas na escola, podendo comprometer o atendimento às necessidades educacionais específicas desses estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste estudo evidencia que a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Língua Inglesa representa um avanço importante no processo de democratização do acesso à educação. No entanto, as observações realizadas indicam que a presença desses estudantes na sala de aula não garante, por si só, uma inclusão efetiva. Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer a formação docente, ampliar o planejamento colaborativo entre professor regente e profissional de apoio e investir em estratégias pedagógicas que favoreçam a participação ativa dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Nesse sentido, práticas lúdicas e interativas demonstraram potencial para promover maior engajamento e participação dos alunos. Assim, conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige não apenas o cumprimento das legislações vigentes, mas também o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a participação e aprendizagem de todos os estudantes.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos à escola municipal de União dos Palmares – AL pela receptividade e colaboração durante a realização da pesquisa. Agradecemos ao professor regente de Língua Inglesa pela parceria e disponibilidade em compartilhar sua prática pedagógica. Agradecemos ao profissional de apoio pelo acompanhamento dos estudantes e pela contribuição no processo de inclusão escolar observado. Agradecemos aos estudantes participantes, cuja colaboração foi essencial para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. *Escola inclusiva, diversidade e gestão escolar: O que dizem gestores de escolas públicas do Rio Grande do Norte*. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 24, p.1-25, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.7244>

BATISTA, Gabriela Silva. *Inclusão no ensino de língua inglesa: reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas*. Diversitas Journal, Santana do Ipanema, v.7, n.3, 2022. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2083. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.



BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. Decreto N° 12.773, de 8 de dezembro de 2025 Art.15.II. *Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva*.

https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2012.773-2025?OpenDocument. Acessado em 8 mar. 2026

FARIA, Maria Elisa Vaz de; BORBA, Marcia Guaraciara de Souza. *AUTISMO: SINAIS, NÍVEIS DE SUPORTE E DIAGNÓSTICO-UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS RECENTES*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 4100–4112,2024. DOI:10.51891/rease.v10i6.14706. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14706>. Acesso em: 8 mar. 2026.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. *The Autistic Brain: Helping Different Kinds of Minds Succeed*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013. Disponível em: <https://openlibrary.org/works/OL16801425W>. Acesso em: 9 mar. 2026.

GÜNTHER H, (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: *esta é a questão?*. Psicologia: Teoria E Pesquisa, 22(2), 201–209. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>. acesso em: 10 mar. 2026

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/25/37/inclusao-em-acao-teorias-demantoan-na-educacao-basica>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MARTINS, Maria Eduarda; SILVA, Fernanda. *Práticas pedagógicas de língua inglesa no ensino-aprendizagem de educandos com síndrome de Down*. Educação Pública, Rio de Janeiro, v.24, n.36, 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/36/praticas-pedagogicas-de-linguainglesa-no-ensino-aprendizagem-de-educandos-com-sindrome-de-down>. Acesso em: 10 mar. 2026.



MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão escolar e a formação de professores para a educação especial*. São Carlos: EDUFSCar, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3077>. Acesso em: 9 mar. 2026.

SILVA, Adriana; COSTA, João. *Educação inclusiva no ensino de língua inglesa: reflexões sobre a prática pedagógica*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU). Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/27233>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SOUSA, Ana Paula; OLIVEIRA, Maria Lúcia. *Inclusão escolar e ensino de língua inglesa: desafios e possibilidades*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU). Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/22536>. Acesso em: 10 mar. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *Fundamentos de defectologia*. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4791>. Acesso em: 9 mar. 2026